

## **O papel da Universidade na luta antirracista e na defesa das políticas de ações afirmativas<sup>1</sup>**

Kabengele Munanga

Professor Doutor Honoris Causa da UFRJ

Inicialmente, gostaria de agradecer o honroso convite do PPDH para proferir esta aula magna que tem uma estreita relação com o título de Doutor Honoris Causa que me foi outorgado pela UFRJ faz uma semana. Cumprimento novamente Professoras Doutoradas Maria Celeste Marca, Diretora do NEPP-DH e Joana Varga, Coordenadora saindo do PPDH. Agradeço à nova coordenadora, Profa. Dra. Ana Claudia Tavares e ao Prof. Dr. Jadir de Brito, pelas generosas saudações e apresentações. Saúdo todas as turmas de estudantes do PPDH, futuras estrelas nos debates e defesas dos direitos humanos não apenas no Brasil, mas em toda a humanidade. Com meus oitenta e um anos, não verei vocês chegar ao topo por causa da lei da entropia, mas tenho certeza de que vocês chegarão com uma maturidade mais descolonizada que a minha.

O dia 25 de maio, foi para mim um dia de grandes emoções que ainda estão se remexendo dentro de mim. Mas hoje é um dia de reflexões, de provocações, de chover no molhado para rememorar a história recente das políticas afirmativas na universidade brasileira. Rememorar não para chorar ou lamentar o que teria acontecido de ruim, mas para se repensar e evoluir na nossa visão do mundo e dos problemas da nossa sociedade.

O tema desta aula, ou seja, o papel da universidade na luta antirracista e na defesa das políticas de ações afirmativas é de uma grande imensidade, se considerarmos que a bibliografia sobre o negro tem mais de cem anos de pesquisa na universidade brasileira. Visto deste ângulo, uma análise mais completa do papel da universidade na luta contra o racismo deveria considerar essa complexa bibliografia em várias áreas de conhecimento

---

<sup>1</sup> Discurso da Aula Inaugural para o Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos – PPDH – NEPP-DH/UFRJ, em 02 de junho de 2021. Baseado no artigo inicialmente publicado em: MUNANGA, Kabengele. *O papel da Universidade na luta contra o racismo e em defesa das políticas afirmativas*. IN: TUGNY; Rosângela Pereira de; GONÇALVES, Gustavo (Orgs.). **Universidade popular e encontro de saberes**. EDUFBA, pp.59-68, 2020.

MUNANGA, Kabengele. **O papel da universidade na luta antirracista e na defesa das políticas de ações afirmativas**. METAXY: Revista Brasileira de Cultura e Políticas em Direitos Humanos, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 60-74, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/metaxy>.

que se interessaram ao assunto. Uma tal análise exigiria a intervenção de muitos pesquisadores numa abordagem multidisciplinar e interdisciplinar, tarefa muito difícil de ser cumprida por um único pesquisador. Neste sentido, vou escolher algumas pistas de entrar no assunto, embora consciente de minhas limitações.

A universidade como a própria palavra o indica, é uma instituição de caráter universal. No início, ela nasceu como projeto de alguma sociedade para depois se difundir no tempo e no espaço. Globalizou-se e tomou dimensões e significações que não possuía no ponto de partida. Hoje, todas as universidades do mundo, apesar do seu caráter universal são projetos das sociedades que as criaram com objetivos definidos. As entendemos como espaços institucionalizados compreendendo prédios, equipamentos, laboratórios, bibliotecas, salas de aula entre outros, onde atuam estudiosos, pesquisadores, professores, estudantes, técnicos e funcionários que, de uma maneira ou de outra interferem e participam na produção do conhecimento, inventando ciências e tecnologias e divulgando-as através das publicações, aulas, ensinamentos, conferências, palestras e outros meios, em benefício da humanidade, de suas sociedades com seu desenvolvimento.

As áreas de produção do conhecimento científico ou áreas científicas se ampliaram também no tempo e espaço acompanhando as dinâmicas das sociedades com suas demandas, problemas e dificuldades ou sua evolução de modo geral. Assim, além das áreas tradicionais como ciências da natureza, ciências exatas, ciências humanas, ciências médicas, ciências do comportamento, ciências da comunicação e artes, entre outras, surgem continuamente novas disciplinas cuja lista é interminável.

Em todas as áreas do conhecimento nascem cientistas e intelectuais. Um cientista pode ser um intelectual e vice-versa, mas todo cientista não é intelectual. Com efeito, os intelectuais são aqueles estudiosos que além de produzir conhecimento mantêm regularmente durante suas vidas de estudiosos uma análise e um discurso críticos constantes sobre as sociedades, sobre o mundo, a humanidade e suas realidades ou problemas. Apesar de não estarem ao serviço de uma ideologia ou de um partido político, os intelectuais enquanto membros da sociedade podem tomar partido ou se posicionar diante dos problemas que exigem mudanças ou soluções, colocando em

MUNANGA, Kabengele. **O papel da universidade na luta antirracista e na defesa das políticas de ações afirmativas.** METAXY: Revista Brasileira de Cultura e Políticas em Direitos Humanos, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 60-74, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/metaxy>.

xeque o princípio positivista da neutralidade científica. É neste sentido que se fala de intelectuais orgânicos da sociedade que são aqueles intelectuais que deliberadamente e de modo engajado se colocam ou colocam seus conhecimentos para solucionar os problemas da sociedade. As questões da sociedade são múltiplas ou diversas e neste sentido são todos problemas sociais e não devem ser reduzidos ao único critério socioeconômico. Porém, seus enfrentamentos em busca de soluções devem passar por sua especificidade para não se afogar na generalidade de um humanismo abstrato.

Este breve introito me abre a porta para situar a questão central da aula, ou seja, o papel da universidade na luta e no combate contra o racismo e na defesa das políticas afirmativas. Em outros termos, o que fazem ou têm feito os estudiosos, pesquisadores e intelectuais que atuam nas universidades para enfrentar o racismo na sociedade brasileira? Ficando apenas na área das ciências humanas, qual é o papel de um pesquisador diante dos fenômenos sociais? Ele consiste, primeiramente em observar os fenômenos da sociedade, descrevê-los, analisá-los em busca de sua explicação e em segundo lugar, apontar algumas pistas ou caminhos de mudança e quando interpelado se posicionar em solidariedade com a demanda e os interesses da sociedade, de acordo com os resultados e experiências de suas pesquisas.

Até a abolição da escravatura no Brasil, o negro não era um assunto de observação científica sistemática em todas as disciplinas científicas, a não ser nos relatos de alguns viajantes ocidentais. A Historiografia o reduziu por muito tempo aos estudos sobre o tráfico negreiro, escravidão e abolição como se sua história fosse congelada depois da abolição. Neste sentido, as questões relativas à sua inclusão na sociedade livre tais como o preconceito, a discriminação racial e conseqüentemente as desigualdades raciais deixaram de ser observadas, descritas, analisadas e explicadas em busca de sua inclusão na sociedade de classe.

Quando a observação sistemática começou no fim do século XIX início do século XX, a partir dos trabalhos pioneiros de Nina Rodrigues, colocou-se o acento sobre os fenômenos de resistência negra na cultura brasileira, começando pelo estudo das religiões de matrizes africanas como o candomblé, passando mais tarde pelos estudos de outras manifestações culturais como a música, a dança, a culinária e as artes plásticas,

MUNANGA, Kabengele. **O papel da universidade na luta antirracista e na defesa das políticas de ações afirmativas.** METAXY: Revista Brasileira de Cultura e Políticas em Direitos Humanos, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 60-74, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/metaxy>.

entre outras. Visto deste ângulo, a cultura negra no Brasil interessou mais aos pesquisadores universitários do que a situação social dos homens e das mulheres negros que a produziram. Enquanto isso se construía paulatinamente a ideologia da democracia racial brasileira.

A Segunda Guerra Mundial e o holocausto de milhões de judeus e milhares de ciganos abriram os olhos do mundo sobre o fenômeno racismo, levando a UNESCO a promover e patrocinar projetos de pesquisa sobre o racismo em alguns países ocidentais castigados pelo nazismo. Em busca de um modelo de relações raciais harmoniosas, a UNESCO soube que o Brasil já havia invento esse modelo e que ele poderia beneficiar outros países do mundo onde as relações raciais eram conflituosas. Assim patrocinou nos anos 60, um projeto de pesquisa para melhor conhecer este modelo e averiguar sua veracidade. Além de pesquisadores estrangeiros atuando no país, participaram deste projeto, pesquisadores nacionais do eixo São Paulo - Rio de Janeiro no sudeste do país e do eixo Bahia-Pernambuco no nordeste do país. Esses pesquisadores não chegaram às conclusões consensuais. Para os pesquisadores do eixo São Paul- Rio de janeiro, liderado pela chamada Escola de Sociologia de São Paulo, as relações raciais harmoniosas sustentadas pela ideologia de democracia racial não se comprovaram, daí a ideia do mito de democracia racial. Na luta pela ascensão social na sociedade de classes, os negros encontravam barreiras de natureza racial que impediam sua mobilidade social. Para os estudiosos do eixo Bahia-Pernambuco, ou seja, do Nordeste do Brasil, os negros encontravam sim barreiras em sua mobilidade social, mas essas barreiras nada tinham a ver com o mito de superioridade e inferioridade racial entre negros e brancos, mas sim com a discriminação de classe social ou econômica, confirmando numa certa medida a existência da democracia racial.

Foi a partir desse projeto da UNESCO que se abriu nas universidades brasileiras uma área de pesquisa denominada “Relações raciais” que vêm se fortalecendo dos anos 60 para Ca. Todos os pesquisadores que vieram na esteira desse projeto, embora com enfoques diferentes afirmaram e denunciaram a existência do racismo no Brasil e desconstruíram o mito de democracia racial. Mas, até então tratava-se de um discurso de denúncia e não de proposta concreta para superar o racismo e suas práticas. Mas as coisas começam a mudar timidamente com o ingresso na Academia de raros jovens

MUNANGA, Kabengele. **O papel da universidade na luta antirracista e na defesa das políticas de ações afirmativas.** METAXY: Revista Brasileira de Cultura e Políticas em Direitos Humanos, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 60-74, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/metaxy>.

pesquisadores negros. Eles vão renovar os temas de pesquisa introduzindo questões que têm a ver com as políticas de intervenção e ampliando os horizontes do discurso sobre a situação do negro na sociedade.

Uma tendência esquerdista entre os pesquisadores apostava na ideia de que o racismo só será radicalmente suprimido graças à luta de classes sociais quando a sociedade capitalista vigente será completamente aniquilada pela vitória da ditadura do proletariado. Neste sentido, não tendo mais a classe social pobre onde se encontra a quase maioria absoluta da população negra, o racismo será conseqüentemente derrotado. Outros pesquisadores que podemos hipoteticamente situar na direita, ainda presos ao mito de democracia racial, continuam a pensar que a solução contra o racismo só se daria através da promoção social do negro pela educação, daí a defesa de políticas ditas universalistas que passaria pela elevação do nível da escola pública onde estudam filhos de todos os pobres, brancos e negros. Nas duas propostas de esquerda e de direita, não se coloca em questão a existência do racismo em si, ou seja, da crença na superioridade e inferioridade entre brancos e não brancos como explicação fundamental das desigualdades entre os dois segmentos da sociedade e da sub-representação do negro em todas as áreas e setores da vida nacional em termos de comando e responsabilidade. A relação dialética entre raça e classe no sentido de instrumentalização de uma por outra não está em consideração nas duas propostas retóricas. No vislumbro dessas propostas enganadoras, a maioria dos militantes e ativistas negros não abriu olhos para ver o que estava acontecendo em outros países capitalistas e socialistas que conviviam com outros modelos de racismos. O que atrasou bastante a busca de outras alternativas de combate contra o racismo.

Este quadro muda radicalmente a partir de 1995, ano de comemoração dos trezentos anos da morte de Zumbi dos Palmares. Numa marcha imemorial realizada em Brasília em 20 de novembro daquele ano pelo Movimento negro brasileiro, marcha denominada “Marcha Zumbi dos Palmares contra o racismo, pela Cidadania e a Vida”, a expressão “ação afirmativa” foi textualmente pronunciada pela primeira vez no manifesto entregue ao então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. Cinco anos se passaram entre a Marcha Zumbi dos Palmares e a III Conferência Mundial contra o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e a intolerância correlata, organizada pela ONU, em MUNANGA, Kabengele. **O papel da universidade na luta antirracista e na defesa das políticas de ações afirmativas.** METAXY: Revista Brasileira de Cultura e Políticas em Direitos Humanos, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 60-74, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/metaxy>.

Durban, África do Sul em agosto/setembro de 2001. No relatório final apresentado nessa conferência, sob a responsabilidade da Secretaria do Estado dos Direitos Humanos continha propostas de cotas para negros, indígenas e outras minorias. Os resultados das propostas desse relatório começaram a sortir seus efeitos a partir de 2002 quando a Universidade Estadual do Rio de Janeiro com base numa lei estadual institucionalizou sistema de cotas beneficiando negros e indígenas e brancos oriundos de escolas públicas. Seguindo o exemplo, dezenas de universidades públicas federais e estaduais começaram também a implementar sistemas de cotas com as mesmas finalidades.

A partir deste começo das chamadas cotas raciais que podemos considerar como propostas da universidade brasileira contra o racismo e a desigualdade racial, viu-se algo até então inédito no país: uma divisão radical entre intelectuais, pesquisadores e estudiosos que até então estiveram no mesmo barco na denúncia e condenação do racismo a brasileira com bases em suas pesquisas. Eles se dividiram de modo maniqueísta em pró-cotistas e anti-cotistas.

Percebe-se que alguns pesquisadores brasileiros do grupo contra cotas que passaram anos de suas pesquisas denunciando o racismo deixaram de falar do racismo e dos caminhos para superá-lo e concentraram suas energias sobre a “raça”, como se esta não existisse no imaginário coletivo dos brasileiros e dos cidadãos de muitos países do mundo? Por que tanta atenção sobre a raça quando seu filhote racismo está presente nas instituições, na estrutura e na cultura brasileiras e continue a envenenar o cotidiano das relações entre seres brancos e negros? Sem dúvida, estamos todos felizes de estar distantes da época em que a antropologia era fundamentada na hierarquização biológica das raças cuja existência científica tentou-se descrever e explicar. Até a metade do século 20, as distinções raciais serviram como corpo científico justificador e legitimador das relações de dominação material e simbólica exercida por alguns grupos sobre outros. Em outros termos, a “raça” se tornou uma categoria social ao serviço dos sistemas de poder que produziu hierarquias essenciais irreduzíveis e forneceu uma justificativa aos crimes de massas. De fato o racismo biológico se constitui num dos pilares intelectuais do colonialismo e do nazismo com sua política de genocídio. Por isso, a vontade das Nações Unidas através da UNESCO, ao afirmar a unidade do ser

MUNANGA, Kabengele. **O papel da universidade na luta antirracista e na defesa das políticas de ações afirmativas.** METAXY: Revista Brasileira de Cultura e Políticas em Direitos Humanos, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 60-74, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/metaxy>.

humano, começou pelo processo de destruição e desaparecimento da nociva doutrina das “raças” para poder erradicar os maus racistas. Porém, percebeu-se que no plano prático e teórico a supressão da categoria “raça” na luta contra a segregação e a colonização não trouxe resultados esperados. Como dar então conta dessa persistência das representações raciais da sociedade? Como falar da discriminação racial sem minimamente admitir que as raças existam nos imaginários, sobrevivendo à sua invalidação científica? Estamos todos de acordo que a “raça” é uma categoria do imaginário e não um produto da natureza, mas nem por isso devemos considerá-la como uma pura mistificação, pois ela tem causado danos pesados em termos de vida e sofrimentos na história recente da humanidade. Certos, outros fatores devem ser considerados na análise dos fenômenos da discriminação racial, mas não há como descrevê-los sem considerar que as “raças” existem pelo menos no imaginário das pessoas. Como adverte Pap Ndiaye, é muito importante fazer a distinção entre o objeto e a noção. Enquanto objeto, a “raça” não tem mais sentido, mas enquanto noção, ela serve como ferramenta e categoria de análise e neste sentido útil para dar conta das experiências sociais. Em outros termos, ela é válida para análise social da mesma maneira que outras categorias como as de “nação” e de “Gênero” que são também imaginárias no sentido de que são histórica e politicamente construídas.

Rejeitar absolutamente a noção de “raça” em nome do antirracismo como se o racismo não existisse na sociedade brasileira e conseqüentemente defender a tradição racista e antirracista contida no mito de democracia racial torne difícil a reflexão sobre as características sociais da discriminação no Brasil que são justamente fundamentadas na noção de raça enquanto representação social presente em nossos imaginários. É preciso que nossos colegas do outro grupo percebam que o abandono da categoria “raça” não vai erradicar o racismo à brasileira e deixem de colocar na cabeça de seus estudantes e leitores a confusão entre a raça enquanto noção e a raça enquanto objeto e realidade.

A noção de raça é útil, enquanto categoria de reflexão sobre os processos de constituição dos grupos raciais, mas ela é também útil para reflexão sobre a ação contra a discriminação racial. Enquanto categoria de análise, a noção de raça será sempre presente nos trabalhos científicos dos intelectuais racialistas e não racialistas, na linguagem dos racistas e antirracistas, dos pró-ação afirmativa e dos contra ação

MUNANGA, Kabengele. **O papel da universidade na luta antirracista e na defesa das políticas de ações afirmativas**. METAXY: Revista Brasileira de Cultura e Políticas em Direitos Humanos, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 60-74, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/metaxy>.

afirmativa, com aspas ou sem aspas. Hoje, alguns que não usam aspas tentam fugir desta noção, substituindo-a pela noção de etnia, um eufemismo confortável falando politicamente correto. No entanto o racismo não deixa de existir pelo fato de usar etnia no lugar da “raça”. Mas por que só agora, a partir do debate sobre ações afirmativas desencadeado em 2000, que a “raça” cuja existência científica foi negada a cerca do meio século atrás, explode como grande novidade científica e como argumento de grande peso contra as políticas afirmativas? Por que nossos especialistas nunca falaram disso antes até em seus argumentos contra o racismo cuja existência brasileira alguns admitem? Por que continuaram em seus textos e obras científicas, a falar de raça? Por que só agora e não antes? Talvez não encontrem melhores argumentos de peso capazes de comover brasileiras e brasileiros, brancos e negros. Soa muito forte quando você disse como ouvi falar uma deles numa entrevista ao vivo na CBN que “as cotas vão transformar a gente em “raças”; as raças são cães e não seres humanos. Chegou até a essa vulgarização! Dizem que “as ações afirmativas “raciais”, ao juntar “pardos” aos “pretos” numa única categoria de negros, produzem efetivamente um Brasil de apenas três raças: “negros”, “brancos” e “índios”, fazendo desaparecer os “morenos”, “caboclos” e “mulatos”. Outros como Ali Kamel esquece os indígenas e fala de um Brasil bicolor compreendendo apenas brancos e negros. Essa estrutura lógica perpassa pelos livros “A persistência das raças de Peter Fry”, “As Divisões Perigosas de Peter Fry, Yvonne Maggie, Marco Chior Maio e companhia, um livro que conta com textos de 38 autores; “Não somos racistas” de Ali Kamel e “Uma Gota de Sangue” de Demétrio Magnoli e a utopia brasileira e os movimentos negros de Antônio Risério. Esta mesma lógica vai contaminar a grande imprensa como o Jornal Nacional, O Globo, Folha de S. Paulo, Estado de São Paulo, Brasiliense, Jornal de Brasília e Veja, entre outros. Sabemos do poder da grande imprensa na formação da opinião pública junto à população e até junto aos governantes. Todo esse tiroteio não foi à toa; não foi apenas um conflito de ideias entre intelectuais. Havia em jogos, além do processo de implementação de cotas já em experimentação em dezenas de universidade públicas estaduais e federais, dois projetos de lei em tramitação no Congresso nacional, o PL 73/1999 conhecido como Projeto - Lei das cotas e o PL 3.198/2000, conhecido como Projeto - Lei do Estatuto da Igualdade Racial. Era preciso barrar a qualquer custo a

MUNANGA, Kabengele. **O papel da universidade na luta antirracista e na defesa das políticas de ações afirmativas.** METAXY: Revista Brasileira de Cultura e Políticas em Direitos Humanos, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 60-74, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/metaxy>.



votação destes projetos de lei no Congresso, antes que seja tarde demais; era preciso frustrar e barrar o avanço surpreendente da adoção de sistemas de cotas em algumas universidades públicas do país. Daí a corrida desenfreada contra o relógio que resultou na publicação dos livros citados e na tradução de livros estrangeiros que tinham um conteúdo antipolíticas afirmativas como foi o caso do livro “Ação Afirmativa ao redor do Mundo do afro-americano Thomas Sowell com duas edições pela Editora Univer Cidade, acompanhadas de entrevistas do autor nas emissoras importantes como Globo News. Citações deturpadamente extraídas dos pronunciamentos de personagens importantes como Martin Luther King e Baraka Obama foram inteligentemente manipuladas e apresentadas como argumentos de peso contra ações afirmativas. De acordo com a estratégia montada, deixaram de falar de dezenas de resenhas que destruíram as teses de Thomas Sowell nos Estados Unidos e omitiram um dos estudos mais sistemáticos, fidedignos e autorizados feito até hoje sobre o impacto das ações afirmativas nos Estados Unidos. Este estudo foi coordenado por William Bowen e Derek Bok, respectivamente Ex. Reitores das universidades de Princeton e Harvard e publicado no livro “O Curso do Rio” cuja síntese pode ser lida na obra de Joachim Barbosa Gomes. Esta obra desmente a tese de Sowell de que as ações afirmativas só provocaram conflitos nos países do mundo que as adotaram e não puderam promover a inclusão racial. Com estatísticas em apoio, o livro mostra o extraordinário impacto do sistema de políticas afirmativas na redução das desigualdades raciais nos Estados Unidos em matérias de educação. Como se não bastasse, promoveram também dois manifestos com o objetivo de barrar o andamento dos dois projetos de lei citados, a Lei das cotas e a lei do estatuto de igualdade racial junto à Câmara dos deputados e do Senado Nacional. O conteúdo dos dois manifestos, o primeiro protocolado em 30 de maio de 2006 e o segundo em 28 de abril de 2008 é quase o mesmo apesar de terem uma redação diferente. Eles exaltam o princípio constitucional “Todos iguais na República Democrática” e insistem sobre o tema dos livros, condenando os dois PL como propostas de divisão em “raça” e “etnias” da sociedade brasileira e ferem o espírito constitucional da igualdade entre cidadãos. Sempre apoiando-se em Martin Luther King como se ele fosse seu aliado, eles citam o trecho do mais famosos discurso “Eu tenho um sonho de que os meus quatro filhos viverão um dia numa nação onde não

MUNANGA, Kabengele. **O papel da universidade na luta antirracista e na defesa das políticas de ações afirmativas.** METAXY: Revista Brasileira de Cultura e Políticas em Direitos Humanos, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 60-74, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/metaxy>.

serão julgados pela cor de sua pele, mas pelo conteúdo de seu caráter”, mas omitem em dizer que Luther King sempre alçou seu sonho universalista na necessidade de reparações e políticas compensatórias, inclusive de cotas. Omitirem em dizer que três anos antes do famoso discurso, Luther King Havia visitado a Índia a convite pessoal de Nehru e teve a oportunidade de conhecer de perto o sistema de cotas implementados naquele país para incluir os *dalits* ou intocáveis excluídos pelo sistema de castas. É bom que se diga “em passant” como assinala o Professor José Jorge de Carvalho, que esse grupo anti-cotas que se apresenta como composto de “intelectuais da sociedade civil, sindicalistas, empresários e ativistas dos movimentos negros e outros movimentos sociais, são basicamente acadêmicos, pois no total de 113, oitenta deles são professores universitários e pesquisadores; desses 80, apenas um era negro e uma estudante não citada. O que significa que não conseguiram nenhuma parceria com estudantes, nem brancos, nem negros. Apesar de não serem representativos da sociedade civil brasileira como pretenderam, a investida desse grupo teve um peso considerável em seu combate contra políticas afirmativas, pois contaram com o apoio da grande imprensa e de alguns parlamentares e políticos conservadores como Demóstenes Torres, então presidente da Comissão de Constituição, justiça e defesa da Cidadania, que se tornou também Relator do PL 3.198/2000 que instituiria o Estatuto da Igualdade Racial. Esse Estatuto cujo processo de avaliação foi detalhadamente analisado no recente livro da autoria dos Professores Sales Augusto dos Santos, João Vitor Moreno e Dora Lúcia Bertúlio, teria sido aprovado em 2007, mas levou dez anos de tramitação no Congresso (de 07 de junho de 2000 a 16 de junho de 2010) por causa dessa pesada investida. A proposta original do então Deputado Paulo Pahim, enriquecida no texto substitutivo do deputado Reginaldo Germano, além de ficar paralisada nas duas câmaras, passou por inúmeras modificações mutiladoras, por causa da ação desse grupo. No texto final do Estatuto aprovado, como o mostramos professores Sales Augusto dos Santos, João Vitor Moreno e Dora Lúcia Bertúlio, foi retirada a palavra raça e conseqüentemente as ações previstas para combater o racismo. O conceito de raça foi em vários pontos do texto, substituído pelo conceito de etnia, embora este fosse também rejeitado por alguns deles como Peter Fry e Yvonne Maggie.

Com o tempo, muitos de seus argumentos se esgotaram, pelo fato destes serem desmentidos pela experiência das universidades que adotaram o sistema de cotas. Alegações tais como a dificuldade de definir quem é negro no Brasil; a excelência; o mérito; os conflitos raciais; imitação de modelo que nada tem a ver com a realidade brasileira; a humilhação dos negros considerados como se não tivessem a capacidade de entrar pela mesma porta do vestibular tradicional por eles considerado como justo e democrático, não tinham mais força que delas esperavam para barrar a marcha histórica em ação contrária à deles. Jogaram a última cartada: insistir sobre a inconstitucionalidade das cotas, apoiando em seu segundo manifesto de 28 de abril de 2008 intitulado “113 cidadãos antirracistas contra cotas raciais”, entregue ao Supremo Tribunal Federal em apoio à Ação de Inconstitucionalidade (ADI), impetrada pela confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (CONFEN) e pelo partido Democratas. “Todos são iguais na República Democrática” é o slogan propaganda do manifesto. Como comenta o Professor José Jorge de Carvalho em seu manuscrito “120 anos de Luta pela Igualdade Racial no Brasil – Manifesto em Defesa da Justiça e Constitucionalidade das Cotas” em resposta a este segundo manifesto anti-cotas, “que o patronato das escolas particulares que lucram com os padrões de exclusão educacional existentes faça tal exigência, é perfeitamente compreensível. Que professores universitários, majoritariamente de instituições públicas de ensino superior, sindicalistas e ativistas do movimento negro partilham exatamente esse mesmo projeto de aumento de desigualdade, é algo difícil de justificar à opinião pública”. A última investida, baseada na interpretação enviesada da Constituição culminou com a ação do partido democratas que protocolou uma arguição de Descumprimento do preceito Fundamental (ADPF) n.186 diante do STF em forma liminar, para impedir que a UnB matricule os 652 cotistas aprovados no 2º Vestibular do ano de 2009, exigindo além disso, que o STF anule a decisão autônoma do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) da UnB quando aprovou, em julho de 2003, o Plano de Metas para Integração Social, Racial e Étnica da Universidade de Brasília, documento que organiza toda a política de cotas adotada pela UnB e que embasou legalmente a admissão de 3000 cotistas desde o segundo semestre de 2004 até o primeiro de 2009. Cito aqui o Professor José Jorge de Carvalho. Essa ação do Democratas levou o STF antes de fazer a sentença, em escutar

MUNANGA, Kabengele. **O papel da universidade na luta antirracista e na defesa das políticas de ações afirmativas**. METAXY: Revista Brasileira de Cultura e Políticas em Direitos Humanos, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 60-74, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/metaxy>.

a opinião de diversos setores da sociedade na Audiência Pública por ele organizada de 03 a 05 de março de 2010. Informa José Jorge de Carvalho no documento citado que 8 das 113 pessoas que assinaram o manifesto contra cotas trabalhavam para Democratas na condição de “especialistas”, entre eles três professores da Universidade Federal do Rio de Janeiro; dois ligados à Universidade de São Paulo (USP); um da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e um da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Como no manifesto dos 113, aqui dominam representantes das duas universidades que mais reagem negativamente à inclusão dos negros e rejeitam até mesmo a discussão do tema. Nessa Audiência Pública anterior ao julgamento da inconstitucionalidade impetrada pelo Democratas representado pela Advogada Roberta Kaufmann, assistimos a um verdadeiro exercício de democracia. Todos, pró- e anti-cotas tiveram a liberdade de expor seus pontos de vista dentro do tempo máximo concedido, salvo o Senador Demóstenes Torres que teve mais tempo. Ele deitou e rolou e disse barbaridades. Me parecia um jogo de futebol entre duas equipes. A equipe A composta pelos anti-cotas tinha como estratégia acusar, atacar e condenar. Rejeitou a discussão sobre o conteúdo de inclusão contido nas cotas e fechou os olhos às estatísticas e indicadores sócio-raciais produzidos pela IBGE e pelo IPEA, estatísticas que eles acusam também como Racialização do Brasil. A equipe B dos pró-cotas em sua estratégia de defesa, tentou mostrar o conteúdo inclusivo das cotas contra a racialização da qual estavam sendo acusados. Quem assistiu aos pronunciamentos dos dois campos opostos pode subjetivamente fazer seu julgamento sobre a qualidade dos argumentos defendidos.

Onde quero chegar com esta história conhecida de muitos e muitas aqui presentes? É apenas uma retórica que me ajuda para recuperar o fio condutor que me leva a responder a questão central colocada nesta conferência, ou seja, o papel da universidade contra o racismo. O pluralismo do pensamento não empobrece, pelo contrário enriquece. A questão que se coloca é escolher de que lado se colocar, do lado da demanda e dos interesses das populações que estudamos ou do lado da ideologia dominante que visa a manutenção do *status quo* e dos interesses de um grupo? Os que defendem as cotas, ativistas negros e intelectuais e pesquisadores de todas as cores não advogam para que as raças biológicas estejam reconhecidas no Brasil, pois todos sabem

MUNANGA, Kabengele. **O papel da universidade na luta antirracista e na defesa das políticas de ações afirmativas.** METAXY: Revista Brasileira de Cultura e Políticas em Direitos Humanos, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 60-74, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/metaxy>.

muito bem fazer a distinção entre raça enquanto noção e categoria de análise e raça enquanto objeto. Eles sabem muito bem que a “raça” da qual falam é uma representação ou uma construção sociológica e político-ideológica. Eles sabem muito bem que tanto brancos quanto negros, apesar das diferenças somáticas observáveis, são categorias histórica e politicamente construídas. Os negros são negros e os brancos são brancos porque foram classificados em categorias raciais específicas. Porém, essas categorias não são congeladas, pois segundo momentos e lugares, elas não incluem as mesmas pessoas. Isto não implica que as pessoas concernidas se definem necessariamente como tais. Me lembro aqui do episódio contado pelo escritor afro-americano James Baldwin em seu romance “Nobody knows my name” (Ninguém conhece meu nome). Ele conta que na ocasião do Congresso de escritores negros em Paris em 1956, o chefe da delegação americana, John David, um afro-americano de pele clara, viu-se interrogado por um francês que lhe perguntou por que ele se apresentava como negro, apesar de sua evidência branca? É um negro, com certeza, lhe respondeu Baldwin, do ponto de vista legal nos Estados Unidos, e mais do que isso, ele é negro por escolha e militância e por experiência de vida. Assisti a uma cena semelhante em 1976, na semana do Negro organizada pelo meu departamento na Universidade de São Paulo, quando os saudosos historiador Clóvis Moura e o cientista social Eduardo de Oliveira e Oliveira, mestiços indisfarçáveis se apresentaram como negros. As pessoas brancas presentes na sala onde eu era o único negro também indisfarçável ficaram escandalizadas e lhes perguntaram porque eles se consideravam como negros no Brasil. Ambos responderam que era uma escolha política. Numa conferência Internacional de Antropologia em Québec, Canadá no qual fui convidado em 2007, o único indígena canadense presente, Georges Siou, Professor de História da Universidade de Ottawa, em seus pronunciamentos, falava sempre dos maus que o Homem Branco tinha causado ao seu povo. No entanto, pela cor da pele, ele era a pessoa mais branca dos brancos presentes na Conferência. Aqui está o exemplo da cor como construção política, ou seja, como categoria social de dominação. Visto deste ângulo, os defensores das cotas não querem fazer desaparecer os morenos e caboclos como estão sendo acusados. Algumas pessoas politicamente construídas se assumem como negros e outros não, mas nenhum foi excluído do processo de ingresso pelas cotas nas universidades que as adotaram. Bastaria fazer uma fotografia das alunas

MUNANGA, Kabengele. **O papel da universidade na luta antirracista e na defesa das políticas de ações afirmativas.** METAXY: Revista Brasileira de Cultura e Políticas em Direitos Humanos, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 60-74, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/metaxy>.

e alunos cotistas de todas as universidades que adotaram o sistema para ver que negros assumidos e não assumidos, caboclos e morenos são todos representados O episódio dos irmãos gêmeos da UnB e o DNA de Netinho da Beija Flor são bem conhecidos entre nós. Se dependesse só da genética humana ou da genética molecular acho que não teria mais problemas de discriminação nos países que revolucionaram essa disciplina. Aqui parece que o grande geneticista Sérgio Danilo Pena é capaz de dizer que negros brasileiros não podem reivindicar cotas, porque geneticamente já estão longe dos africanos, ou seja, não são mais negros. Voltando ao mito de democracia racial, os defensores das cotas foram acusados de negar a questão socioeconômica que atinge todos os brasileiros, brancos e negros e que deveria ser a bandeira de luta de todos. Estamos de acordo que não se deve considerar o racial independentemente do social, porque o racial é uma modalidade do social e este deve ser considerado numa perspectiva ampla e não estritamente classista. Nenhum defensor das cotas está contra a melhoria da escola pública, mesmo sabendo das dificuldades dessa melhoria diante dos lobbys dos donos das escolas particulares e da dificuldade de mobilizar todos os segmentos da sociedade para que a escola pública mude efetivamente e não retoricamente. Enquanto isso, os filhos da maioria da população brasileira, brancos e negros não devem ficar braços cruzados, eternamente punidos e excluídos do ensino superior de qualidade, esperando até melhor a escola pública e por quando? Comparar uma comissão de controle composta por seis pessoas na UnB, na Universidade Federal de Santa Maria e na Federal de São Carlos, aos tribunais raciais de Nuremberg ou de inquisição na Península Ibérica é forte demais para minha cabeça. Comparar o Brasil ao Ruanda em vez de compará-lo à Espanha ou à Bélgica onde o multiculturalismo tem um conteúdo separatista é falsificar a História, pois aqui o que se busca é a inclusão dos outros e não a separação.

Quando se implementa uma política social em qualquer país do mundo tem que dizer para que segmento da sociedade é dirigida essa política, ou seja, tem que nomear o grupo ou as pessoas a ser beneficiadas. Neste sentido as cotas para ingresso na universidade pública foram destinadas aos negros e indígenas. Os ativistas negros e intelectuais brasileiros envolvidos na demanda disseram “cotas para negros e indígenas. Não disseram “cotas raciais”. Dizer cotas para negros e indígenas e cotas raciais são

MUNANGA, Kabengele. **O papel da universidade na luta antirracista e na defesa das políticas de ações afirmativas**. METAXY: Revista Brasileira de Cultura e Políticas em Direitos Humanos, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 60-74, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/metaxy>.

coisas diferentes. Seria injusta por causa dos argumentos dos pesquisadores anti-cotistas negar a contribuição da universidade brasileira na luta contra o racismo. O exemplo de cerca de 100 universidades públicas que adotaram sistemas de cotas sem esperar o amparo das leis é bastante ilustrativa. Outras universidades que ficaram presas aos princípios de mérito e de excelência e ao mito de democracia racial prejudicam certamente a luta contra o racismo. Não houve unanimidade, mas sim progressos e resistências que certamente prejudicaram o desencadeamento do processo. Como estamos no início de um processo cuja duração não podemos prever, a universidade brasileira tem ainda muita contribuição a dar na luta contra o racismo. Alguns Programas de Pós-Graduação já estão discutindo hoje medidas afirmativas ou cotas para o ingresso de alunos negros e indígenas nos cursos de Pós-Graduação onde ainda são sub-representados. Essas medidas não dependem do amparo das leis, mas sim apenas da autonomia acadêmica que todas as universidades têm.

Eis algumas reflexões sobre o tema, que me passaram pela cabeça com a consciência das limitações e das dúvidas que todos temos.

Muito lhes agradeço.